

Principais Agregados das Administrações Públicas
2012 – Dados provisórios

Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas relativos à estimativa provisória anual de 2012 enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC95.¹

As contas do setor das Administrações Públicas são compiladas de acordo com os conceitos e definições do SEC95. Complementarmente, são seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas.²

Estes dados são consistentes com a primeira notificação de 2013 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro seguinte apresenta os Principais Agregados das Administrações Públicas referente ao ano de 2012.

QUADRO 1: PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS
ANO: 2012

Unidade: Milhões de euros

Códigos das operações	Designação das operações	Administrações Públicas S13	Administração Central S1311	Administração Regional e Local S1313	Fundos de Segurança Social S1314
TE	Total de despesas das administrações públicas	78.419	58.209	9.947	22.700
TR	Total de receitas das administrações públicas	67.794	46.456	10.794	22.981
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)	-10.624	-11.753	847	281
	Por memória:				
B.9 - PDE	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (PDE) ^(a)	-10.596	-11.724	847	281

Nota:

^(a) De acordo com o Regulamento (CE) n.º 351/2002 da Comissão, que altera o Regulamento (CE) n.º 3605/93 do Conselho no que respeita às referências ao SEC 95, os fluxos de juros ao abrigo de swaps e de contratos de garantia de taxas (FRA's) são objecto de um tratamento específico no caso dos dados transmitidos ao abrigo do procedimento dos défices excessivos. Esta diferença metodológica reflecte-se na diferença entre o saldo "Capacidade/necessidade de financiamento" do sector das Administrações Públicas no âmbito dos quadros do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), B.9 e o saldo apurado para efeitos do Procedimento relativo aos Défices Excessivos, B.9-PDE.

¹ Regulamento (CE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25 de junho de 1996, relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na Comunidade.

² Este documento está disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-RA-13-001/EN/KS-RA-13-001-EN.PDF

O quadro em baixo apresenta as principais componentes da receita das Administrações Públicas para os anos de 2009 a 2012³.

QUADRO 2: RECEITA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Ano	Administrações Públicas			
	S13			
	2009	2010	2011	2012
Receita Total	66.728	71.991	76.934	67.794
Receita Corrente	65.481	67.079	69.293	65.624
<i>da qual:</i>				
Impostos sobre a produção e a importação	21.487	23.040	23.390	22.522
Contribuições sociais	21.032	21.270	20.929	19.230
Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.	15.146	15.222	16.963	15.291
Receita de Capital	1.247	4.912	7.641	2.170

Em termos da evolução do total da receita das Administrações Públicas entre os 2009 e 2012, este agregado aumentou até 2011, diminuindo em 2012. Contudo, os valores mais elevados observados nos anos 2010 e 2011 estão influenciados por operações extraordinárias que afetaram sobretudo a receita de capital, nomeadamente o registo de 2.804 milhões de euros relativos à transferência do fundo de pensões da Portugal Telecom em 2010 e de 5.950 milhões de euros referentes à transferência de fundos de pensões de instituições bancárias em 2011.

Do lado da receita corrente, após o crescimento da receita fiscal em 2011, para o qual contribuiu nomeadamente o aumento dos impostos correntes sobre o rendimento e património (11,4%), verificou-se um decréscimo em 2012 tanto neste agregado como nos impostos sobre a produção e a importação e as contribuições sociais.

QUADRO 3: DESPESA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Ano	Administrações Públicas			
	S13			
	2009	2010	2011	2012
Despesa Total	83.874	89.019	84.458	78.419
Despesa Corrente	77.186	79.116	77.622	73.373
<i>da qual:</i>				
Remunerações dos Empregados	21.399	21.157	19.438	16.309
Despesa de Capital	6.688	9.902	6.836	5.046

A despesa das Administrações Públicas diminuiu em 2011 e 2012 refletindo reduções nas duas componentes, despesa corrente e a despesa de capital. Relativamente à despesa corrente destaque-se o comportamento das despesas com pessoal que registaram uma diminuição de 8,1% em 2011 e de 16,1% em 2012, face ao ano anterior. Em 2012, verificou-se uma expressiva redução da despesa de capital, que resultou não só de uma diminuição da Formação Bruta de Capital Fixo, mas também do modo de registo da receita do leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel, contabilizada como uma venda na rubrica Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos, abatendo ao investimento bruto. Refira-se ainda que o elevado valor das despesas de

³ Comparativamente com a notificação anterior, os valores anteriores a 2012 apresentam revisões que decorrem da inclusão das empresas públicas Transtejo – Transportes Tejo, SA e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, SA no setor institucional das Administrações Públicas, em linha com a nova versão do Manual do Défice e da Dívida Pública de fevereiro de 2013. Refira-se que o impacto no défice das Administrações Públicas desta alteração foi pouco significativo (oscilando entre um mínimo de 10,9 milhões de euros em 2009 e um máximo de 22 milhões de euros em 2012, 0,01% do PIB).

capital observado em 2010 incorporou operações extraordinárias, nomeadamente o montante de 1.800 milhões de euros relativo às imparidades dos ativos do BPN transferidos para as duas entidades públicas Parups e a Parvalorem, registados como transferências de capital. Em 2012, as despesas de capital foram também afetadas pelo registo como transferências de capital dos aumentos de capital da CGD e da Sagestamo no valor total de 1,5 mil milhões de euros.

QUADRO 4: SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Ano	Administrações Públicas S13			
	2009	2010	2011	2012
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em contas nacionais)	-17.146	-17.028	-7.524	-10.624
Saldo Corrente	-11.706	-12.037	-8.329	-7.749
Saldo Primário	-12.612	-12.366	-1.020	-4.060

A necessidade líquida de financiamento das Administrações Públicas agravou-se 3.100 milhões de euros em 2012 face ao ano anterior. Esta evolução deveu-se essencialmente ao subsetor da Administração Central, uma vez que tanto os subsetores da Administração Regional e Local como dos Fundos de Segurança Social registaram um saldo ligeiramente positivo, como é visível no quadro 1.

Em termos de saldo primário, isto é, o saldo global excluindo o pagamento líquido de juros, verifica-se uma melhoria significativa em 2011 comparativamente com os anos anteriores, embora este saldo se tenha agravado no ano seguinte.

Naturalmente a evolução, em ambos os casos, da necessidade de financiamento e do saldo primário, foi muito afetada pelo conjunto de operações extraordinárias atrás referido.